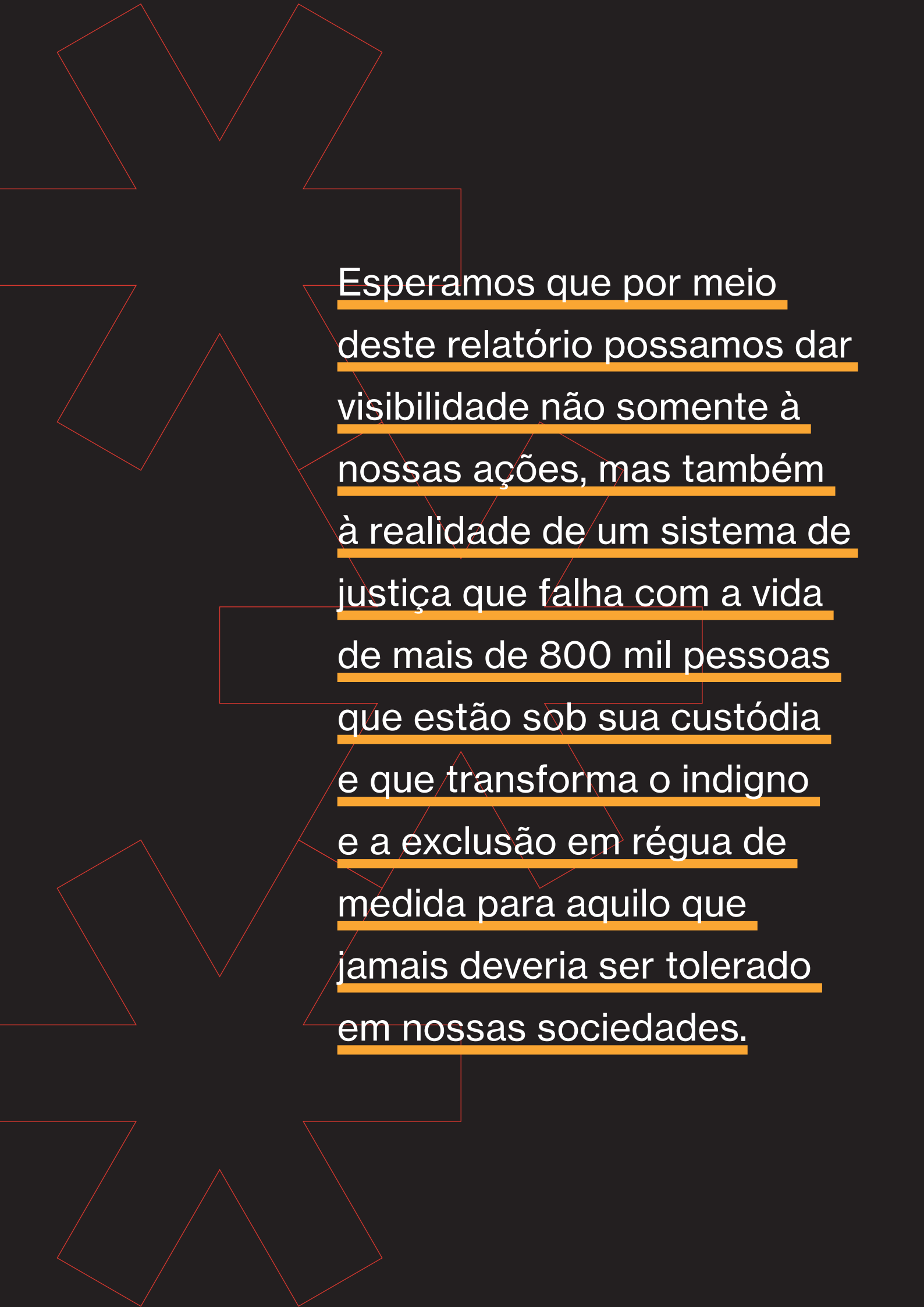


REDE

JUSTIÇA

CRIMINAL

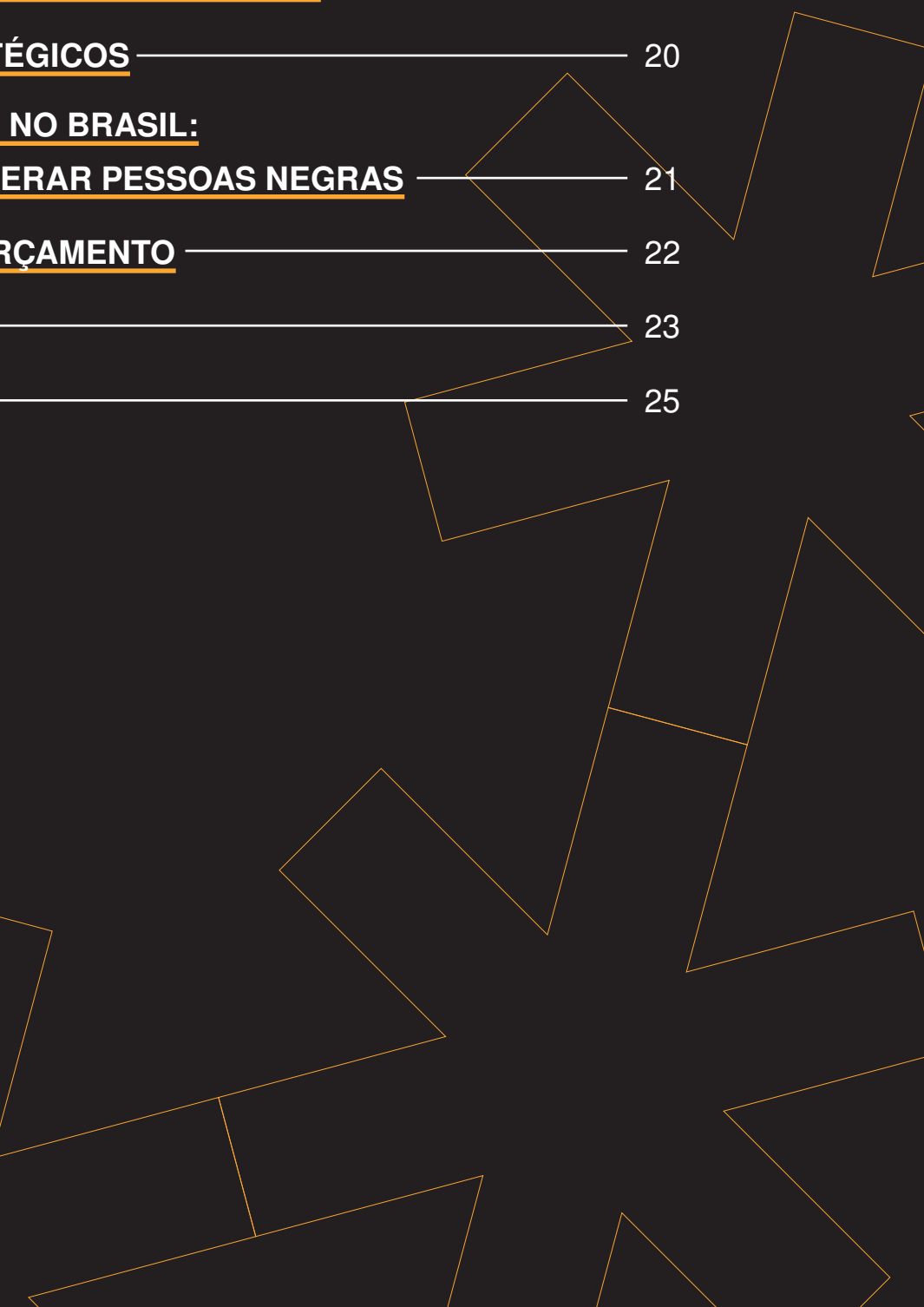




Esperamos que por meio
deste relatório possamos dar
visibilidade não somente à
nossas ações, mas também
à realidade de um sistema de
justiça que falha com a vida
de mais de 800 mil pessoas
que estão sob sua custódia
e que transforma o indigno
e a exclusão em régua de
medida para aquilo que
jamais deveria ser tolerado
em nossas sociedades.

ÍNDICE

<u>A PRISÃO ADOECE</u>	4
<u>JUSTIÇA CRIMINAL NO SEGUNDO ANO DE PANDEMIA</u>	6
<u>ADVOCACY E AMEAÇAS À DEMOCRACIA</u>	8
<u>COMUNICAÇÃO</u>	15
<u>MUDANÇA DA REDE E PRÓXIMOS PASSOS</u>	17
<u>NOVOS EIXOS ESTRATÉGICOS</u>	20
<u>POLÍTICA DE DROGAS NO BRASIL: MÁQUINA DE ENCARCERAR PESSOAS NEGRAS</u>	21
<u>TRANSPARÊNCIA E ORÇAMENTO</u>	22
<u>AGRADECIMENTO</u>	23
<u>EXPEDIENTE</u>	25

The bottom right corner of the page features several abstract, overlapping geometric shapes outlined in a light orange or gold color. These shapes include various polygons and irregular forms, creating a modern, graphic design element.

A PRISÃO

ADOECE

DOIS MIL E VINTE E UM MARCOU o aniversário de um ano de pandemia. Por um lado, o ano foi pautado pelo surgimento de novas variantes da Covid-19 e pela ainda intensa proliferação de mortes pelo mundo, em especial, no Brasil. Por outro, a criação de novas vacinas pôde trazer um pouco de alívio e esperança em um futuro com maior, senão absoluto, controle sanitário. No entanto, quando o assunto são os sistemas de privação de liberdade, fica difícil traduzir na prática qualquer sentimento de otimismo.

Que as prisões que conhecemos são uma máquina de reprodução de desigualdades, violências e condições de vida insalubres, nós já sabíamos. O que ainda não podíamos visionar era o tamanho dos impactos negativos que uma pandemia até então desconhecida poderia causar em espaços altamente precarizados, de manejo e condições muitas vezes herméticos e em que a inobservância do respeito a direitos básicos é a regra.

Desde 2020, a Rede Justiça Criminal (RJC) tem lutado incansavelmente para impedir e combater as mazelas trazidas pela atual crise. Foram inúmeras notas públicas, ações de advocacy, denúncias e cobrança de autoridades públicas. Dia após dia, nos víamos diante do esforço de confrontar os dados oficiais pouco confiáveis e garantir que os retrocessos trazidos pela pandemia fossem revertidos diante do medo de que se tornassem perenes.

Apesar dos desafios, a RJC seguiu resiliente e o ano também foi de muitas mudanças. Lançamos pesquisas importantes sobre Covid-19 nas prisões e seus efeitos sobre as audiências de custódia. A plataforma “Deixados para Morrer” e o dossiê “Erro no sistema: o desmonte das audiências de custódia” são exemplos disso. Além disso, a Rede deu continuidade aos planos de alguns anos de mudar de sede para uma de suas organizações no Nordeste – o Gajop – a fim de expandir suas estratégias e diálogos com antigos e novos parceiros.

Expandimos nossa agenda de atuação para incorporar as chamadas “portas de entrada” do sistema de justiça penal de maneira mais madura. Para tal, a Rede

Nossa contribuição enquanto coletivo parte da missão de combater o encarceramento em massa, tendo o antirracismo como premissa central e inegociável.

lançou um novo site, com os eixos de trabalho do coletivo revistos. Fizemos uma formação sobre política de drogas e lançamos uma agenda de trabalho e objetos a serem alcançados. Por fim, com o retorno híbrido de algumas comissões no Congresso, nosso advocacy pôde retornar paulatinamente à sua participação no cotidiano do Legislativo, retomando o diálogo presencial com assessorias, gabinetes e parlamentares.

Sem o intenso trabalho de suas organizações-membro e o apoio de parceiros e colaboradores, certamente as dificuldades teriam sido maiores e as conquistas teriam sido por demasiado fugazes. Nossa contribuição enquanto coletivo parte da missão de combater o encarceramento em massa, tendo o antirracismo como premissa central e inegociável. Esperamos que por meio deste relatório possamos dar visibilidade não somente às nossas ações, mas também à realidade de um sistema de justiça que falha com a vida de mais de 800 mil pessoas que estão sob sua custódia e que transforma o indigno e a exclusão em régua de medida para aquilo que jamais deveria ser tolerado em nossas sociedades.

BOA LEITURA!

JUSTIÇA CRIMINAL NO — SEGUNDO — ANO DE PANDEMIA

A REDE NA PANDEMIA

DESDE 2020, A REDE JUSTIÇA CRIMINAL atuou em várias frentes para combater a disseminação da Covid-19 em espaços privativos de liberdade e o recrudescimento de medidas que precarizassem ainda mais as condições de vida nesses locais. Tais ações incluíam desde o banimento do uso de contêineres em presídios e denúncias à organismos internacionais, como o combate aos possíveis efeitos colaterais trazidos pela virtualização do sistema de justiça como um todo e, em especial, das audiências de custódia.

DEIXADOS PARA MORRER

Como resultado de todo esse esforço e da luta coletiva com diversos parceiros, a RJC lançou em 2021, a plataforma **Deixados Para Morrer**. Nela, estão compilados dados e depoimentos relativos ao impacto da doença nos sistemas prisional e socioeducativo e violações à direitos básicos das pessoas presas.



Não podemos viver em um país onde pessoas estão sendo deixadas para morrer de Covid-19 nas prisões

A FALÁCIA DOS DADOS OFICIAIS

Uma das consequências da pandemia foi a completa falta de notícias sobre pessoas privadas de liberdade e subnotificação de casos. Diante da pouca transparência dos números oficiais, que também fizemos uma parceria com Infovírus – Prisões e pandemia e ISER – Instituto de Estudos da Religião. Com base na experiência, vivência e práxis de coletivos, frentes pelo desencarceramento, relatos de familiares de pessoas presas e egressos do sistema prisional, desenvolvemos três pesquisas.

**Covid nas prisões:
pandemia e luta
por justiça
no Brasil
(2020 a 2021)**

**De olho no
painel do DEPEN:
análise de
informações
de Estado sobre
a Covid-19
nas prisões
(2020 a 2021)**

**Política de
morte: registros
e denúncias
sobre Covid-19
no sistema
penitenciário
brasileiro
(2021 a 2021).**

RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO

**CONHEÇA A REALIDADE
DOS QUATRO ESTADOS BRASILEIROS
EM QUE HÁ A ATUAÇÃO
DA REDE JUSTIÇA CRIMINAL**

A Covid-19 trouxe, além do aprofundamento das violações no cárcere, a falta de informação e subnotificação de mortes. As organizações da RJC contribuíram com a produção de dados, elaborando quatro boletins regionais de fôlego sobre a dimensão da pandemia em uma perspectiva mais local.

Os boletins traçam um panorama sobre a relação entre pandemia, prisões e suas especificidades nos quatro estados brasileiros em que há atuação da Rede Justiça Criminal: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Através de reportagens investigativas com dados de cada estado, textos editoriais elaborados pelas organizações membro e textos e entrevistas com autores e organizações convidadas, os boletins pretendem documentar realidades, fornecer parâmetros comparativos e subsidiar articulações locais de enfrentamento à barbárie no cárcere, escancarada àqueles que ousam olhar mais de perto.

**POPULAÇÃO CARCERÁRIA BAHIA
13.176 mil presos**

SUBNOTIFICAÇÃO DE MORTES

■ Mortes internos ■ Mortes servidores

SEAP/BA¹



CNJ¹



**FRENTE ESTADUAL PELO
DESENCARCERAMENTO DA BAHIA²**



Fontes: 1 Dados entre abril 2020 e 14 de julho de 2021 da SEAP/BA e CNJ. 2 Mortes apenas no mês de maio de 2021.

**A Rede Justiça Criminal
investigou e denunciou
pelos boletins a
subnotificação e falta
de dados oficiais sobre
a COVID-19 nas prisões**

OS RESPONSÁVEIS

A Rede Justiça Criminal fez um levantamento importante de decisões judiciais que mostram como o Judiciário brasileiro foi cúmplice no extermínio de centenas de pessoas que se encontravam sob a tutela do Estado. Os juízes brasileiros dificultaram e até impediram a aplicação de uma das únicas medidas para conter o contágio por Covid-19 nas prisões, a Recomendação 62/2020, do Conselho Nacional de Justiça. Ou seja, além da atuação desastrosa do governo federal na gestão da pandemia, o Judiciário fechou os olhos para a situação calamitosa do sistema prisional e socioeducativo a partir de uma política genocida, racista e punitiva, resultando em incontáveis mortes que poderiam ter sido evitadas.

A primeira morte por Covid-19 no sistema penitenciário do RJ poderia ter sido evitada caso o habeas corpus de um idoso de 73 anos preso no Instituto Penal Cândido Mendes não tivesse sido negado pelo Tribunal de Justiça, mesmo existindo a Recomendação 62 do CNJ, que sugere a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pela doença nas prisões.

ADVOCACY E AMEAÇAS À DEMOCRACIA

UMA RETROSPECTIVA AO TRABALHO REALIZADO pela RJC em 2021 revela a já conhecida intersecção entre justiça criminal e democracia. Os temas que mais demandaram a nossa ação de incidência política dizem respeito à participação social e à defesa de garantias mínimas que assegurem o direito à reivindicação, ao protesto e impeçam a prática da tortura por agentes do Estado.

A virtualidade do processo legislativo tornou as reuniões mais opacas aos olhos da sociedade civil. A RJC permaneceu engajada com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com Participação Popular e assinou o “Manifesto por Transparência e Garantia de Participação Social nas deliberações do Congresso Nacional durante a pandemia da COVID-19” que foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, com pedidos de efetividade da participação social, previsibilidade da pauta de votações e transparência dos processos decisórios.

A defesa do espaço democrático ainda contou com a participação nas diversas reuniões com parlamentares, organizações e movimentos sociais durante os debates sobre a revogação da Lei de Segurança Nacional e inclusão na legislação dos Crimes Contra o Estado Democrático de Direito (PL 2108/2021). O tema era delicado e aconteceu no contexto de ataques à democracia e fechamento do Legislativo à participação social.

A pressão da sociedade civil foi decisiva para moderar as discussões e garantir que a nova lei não tivesse brechas para o fechamento do espaço cívico.





CONTRA A
CRIMINALIZAÇÃO
DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS

PRINCIPAIS TEMAS
TRABALHADOS
PELO ADVOCACY DA
REDE JUSTIÇA CRIMINAL
EM 2021

- Pacote Anticrime
- Prevenção e combate à tortura
- Novo Código de Processo Penal
- Audiências de Custódia
- Revista Vexatória
- Lei de Segurança Nacional
- Combate à criminalização dos movimentos sociais

VETOS AO PACOTE ANTICRIME

Foto de mobilização de movimentos sociais contra o Pacote Anticrime em 2019. Acervo Rede Justiça Criminal.

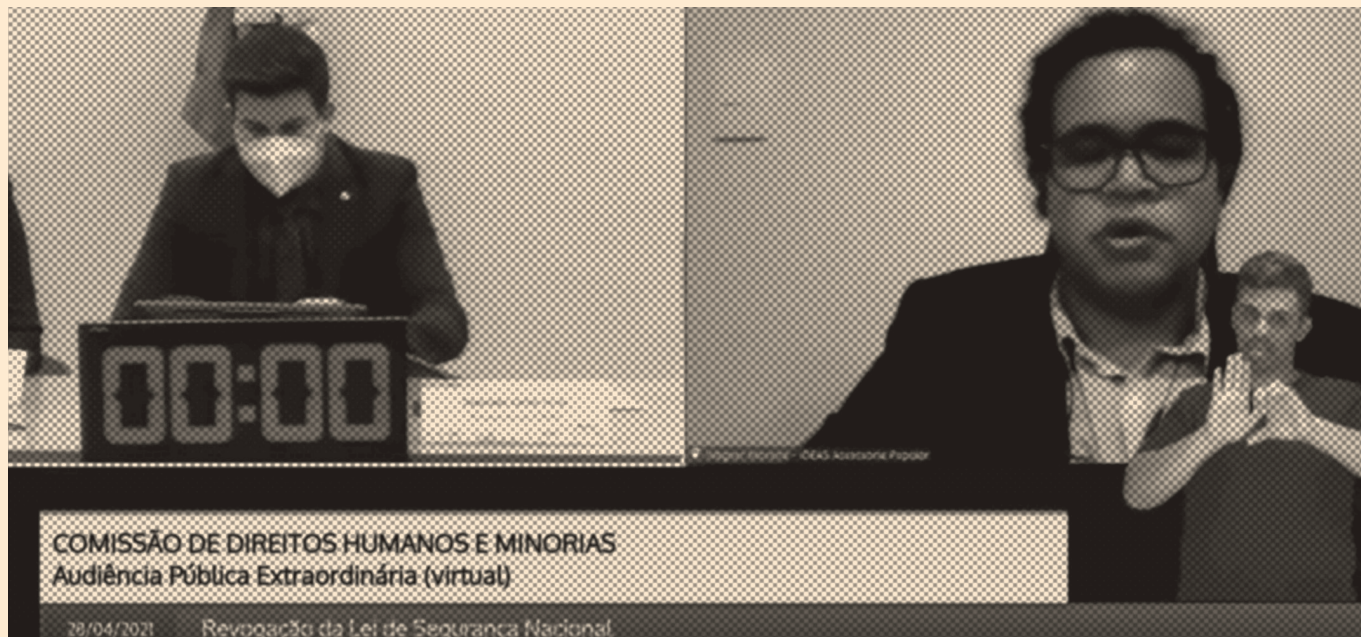
A Rede Justiça Criminal sempre teve intensa atuação em torno do chamado Pacote Anticrime, sancionado em 2019. Em março de 2021, a Câmara derrubou os vetos presidenciais à Lei e que estavam na pauta há mais de um ano. No Senado, o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) pediu que o veto sobre audiências de custódia por videoconferência fosse retirado da pauta e o Senador Flavio Arns (Podemos/PR) protocolou outro projeto de lei prevendo o uso das videoconferências durante o período da pandemia.

A RJC dialogou intensamente com assessorias de senadores e lideranças com foco no veto sobre a presencialidade das audiências de custódia. Até o fechamento deste relatório, O projeto de lei do Senador Izalci não havia sido apreciado pelo plenário e o do Senador Flávio Arns encontrava-se parado na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ) da Câmara.



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Durante todo o ano, atuamos incessantemente para a aprovação dos Projetos de Decreto Legislativo (PDLs) que sustam o decreto presidencial que determinou a remuneração voluntária de peritos e peritas do MNPCT. Fizemos reuniões com o Presidente e membros da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) e discutimos a construção de uma campanha em defesa do MNPCT e do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.



REVOGAÇÃO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Rede Justiça Criminal participa de audiência pública sobre LSN.

A Lei de Segurança Nacional (LSN), um resquício autoritário da ditadura militar, é incompatível com a democracia e vinha sendo utilizada para intimidar vozes críticas ao governo de Jair Bolsonaro. A partir de uma mobilização coletiva, a RJC incidiu no debate sobre a revogação da LSN. Atuamos firmemente contra o projeto devido à falta de diálogo e participação da sociedade civil e, ao mesmo tempo, buscamos contribuir com a redução de danos.

A RJC também participou de um ato organizado pela sociedade civil, representada por [Edna Jatobá](#) (Gajop) e de uma audiência pública na Câmara dos Deputados, representada por [Wagner Moreira](#) (Ideas).

REVISTA VEXATÓRIA

A revista íntima, prática que já é proibida ou restrita por lei em diversos estados brasileiros, voltou para a pauta do Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte voltou a julgar, em junho de 2021, um pedido do Ministério Público do Rio Grande do Sul (ARE 959.620) para avaliar se a revista desrespeita os princípios constitucionais da dignidade humana e se provas coletadas por meio do procedimento devem ser consideradas ilegais.

A RJC, em conjunto com Ibccrim, IDDD, Conectas, ITTC e a Defensoria Pública de São Paulo enviou um novo memorando a todos os ministros e um [parecer técnico](#) elaborado a pedido da RJC com dados coletados por LAI

(Lei de Acesso à Informação) em 2020 referente ao ano de 2019. Também fizemos várias ações de comunicação, o tema foi [destaque](#) no site do UOL, e entramos com um [novo pedido de LAI](#) para verificar dados trazidos pelo Ministro Alexandre de Moraes na primeira fase do julgamento e que divergiam dos publicizados pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen). No entanto, a informação foi considerada confidencial. Junto com as organizações que estão como Amici no julgamento, fizemos pedidos de audiências com os ministros que ainda não votaram. Até o fechamento do relatório, não havíamos recebido resposta.

COMBATE À CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Pela primeira vez desde que preside a Câmara dos Deputados, Arthur Lira recebe a sociedade civil.



NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Em 2021, a Comissão Especial da Câmara que analisava o novo Código de Processo Penal (CPP) foi diluída e se instalou um Grupo de Trabalho. A RJC solicitou reuniões com membros do grupo de trabalho (GT) e elaborou um parecer com prioridades e propostas de emendas.

A perseguição e criminalização de movimentos sociais e vozes dissidentes têm crescido em alta velocidade no Brasil nos últimos anos. **Como se não bastasse o uso abusivo das legislações penais já existentes, o Congresso decidiu retomar (sem participação social) e votar às pressas projeto (PL1595) que reforma a Lei Antiterrorismo de 2016.** A RJC tem trabalhado incessantemente para barrar essa e outras propostas que limitem e criminalizem ações de diversos atores sociais. Foi feita uma reunião com o Presidente da Câmara, Arthur Lira, além de diversas conversas com gabinetes e parlamentares para incidir sobre o tema. Até o fechamento deste relatório, nenhum dos projetos de lei haviam sido aprovados.

CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO SENADO

A RJC incidiu para tentar barrar o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que criou a Comissão de Segurança Pública do Senado. Divulgamos uma nota pública com ponderações sobre a proposta, enfatizando que o novo colegiado não tivesse competência terminativa, ou seja, que não excluísse outras comissões da análise dos projetos sobre as matérias pertinentes ao direito penal, processual penal e penitenciário.

A nota da RJC repercutiu e foi **citada** em Plenário pelo Senador Jean Paul Prates (PT/RJ). Ao final, a comissão foi aprovada e não excluirá a competência das demais.

CARTA DE PRIORIDADES DA REDE JUSTIÇA CRIMINAL

Com o objetivo de iniciar diálogo com mais parlamentares da Câmara e do Senado, a RJC construiu uma carta de prioridades indicando a preocupação com as propostas legislativas que promovem o encarceramento em massa da população, o descontrole das armas, o excludente de ilicitude, o terrorismo e o vigilantismo. Indicamos ainda a necessidade de garantir a participação da sociedade civil no processo legislativo realizado por meio digital. A carta foi enviada a todos os parlamentares. Paralelamente, listamos os projetos prioritários que acompanharemos na CCJ da Câmara.

VIRTUALIZAÇÃO DA JUSTIÇA

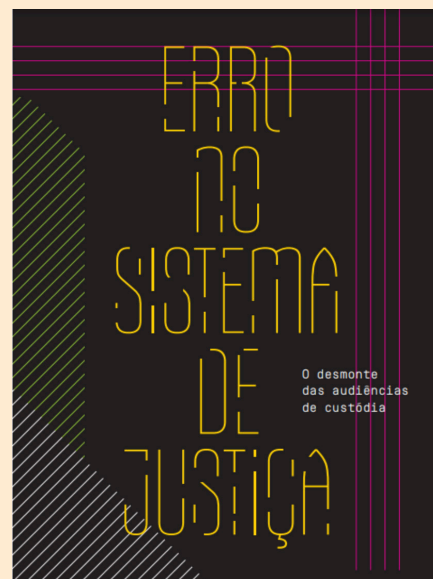
Se você fosse acusado de um crime, como gostaria de falar com o juiz?

Desde o início da pandemia, operadores do direito, sociedade civil, familiares e especialistas têm lidado com um fenômeno de intensa preocupação: a virtualização da justiça e, em especial, das audiências de custódia. Embora a utilização do trabalho remoto tenha afetado o sistema como um todo, desde a realização de atividades mais cotidianas até a substituição da visita presencial de familiares. No entanto, a utilização da tecnologia, embora bem-vinda e necessária neste período, se mostrou bastante limitada quando o assunto são os serviços essenciais. Esse é o caso das audiências de custódia. Apesar de tentativas de regulamentação das ACs virtuais pelo CNJ, por si só questionáveis e incompatíveis com a realidade dos tribunais brasileiros, sua realização por meio de telas de computadores fere o próprio objetivo do instrumento: a verificação de tortura e maus tratos

decorrentes de violência policial. Para combater a virtualização das ACs e suas sequelas, a RJC trabalhou arduamente durante todo o ano.

Realizamos uma importante mobilização, com a produção de um vídeo sobre o tema e uma série de reuniões internas focadas nos vetos do Pacote Anticrime. Também fizemos uma reunião sobre o assunto com o sub-relator para o tema das audiências de custódia na Comissão Especial que analisa o novo Código de Processo Penal (CPP), Deputado Capitão Alberto Neto (Republicanos/AM), que se mostrou bastante reativo a própria realização das audiências de custódia, além de participar de audiência pública sobre o assunto na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

A RJC incidiu no julgamento da ADI 6841, impetrada pela AMB junto ao STF, questionando a constitucionalidade do §1º, artigo 3-B, do CPP (ou seja, a proibição das audiências de custódia por vídeo). Após parecer favorável do relator, Ministro Nunes Marques, o julgamento foi pautado às pressas em sessão extraordinária do plenário virtual de 30/06 a 01/07. Em conjunto com a articulação Justiça Além do Cárcere, nos mobilizamos para entrar com um pedido de Amicus.



Por fim, lançamos o dossiê Erro no Sistema: o desmonte das audiências de custódia (ACs). A fim de mapear irregularidades no funcionamento das audiências remotas e tentar quantificar o impacto orçamentário da virtualização da justiça para os cofres públicos, a RJC buscou contratos em portais de licitação e compra dos Tribunais de Justiça e governos estaduais de oito estados (AM, BA, PB, MA, MT, RJ, RN, SP, e SC), além de relatos de defensores, familiares e atores do sistema de justiça. O dossiê é mais um retrato do quanto as ACs foram precarizadas durante a pandemia e cujos efeitos negativos ainda são difíceis de precisar em todo seu conjunto.

COMUNICAÇÃO

PARA QUE NOSSAS NARRATIVAS NÃO PASSEM DESPERCEBIDAS, dedicamos nossa energia em repensar a identidade visual da Rede Justiça Criminal.

Após mais de 10 anos de atuação, o website da coalizão foi reformulado, foi desenvolvido um vídeo institucional que relata a história e conquistas da rede, além do novo design para materiais digitais e institucionalização de novos produtos de comunicação interna e externa, como a newsletter e boletim de atividades.



Vídeo institucional, clique para assistir.



JUSTIÇA EM QUADRINHOS

JUNTO AO COLETIVO DE ORGANIZAÇÕES da rede, parceiros e apoiadores, colocamos no mundo comunicações em diversas linguagens para espalhar nossa mensagem. Uma delas foi a série 'Justiça em Quadrinhos', na qual ilustramos cinco temas em formato de história em quadrinhos:



- **Revistadas**, com dados e relatos sobre revista vexatória
- **Licença para Matar**, utilizada como material de apoio para a incidência contra a excludente de ilicitude
- **Para que(m) é a prisão?**, um material informativo sobre racismo e justiça criminal
- **Erro no sistema de justiça**, ilustrou os principais achados de nossa pesquisa com mesmo nome, sobre os riscos da virtualização da justiça e da audiência de custódia
- **Deixados para Morrer**, um compilado sobre os impactos da Covid-19 nas prisões

Além da produção do material, foi realizada uma parceria de divulgação com os portais Catraca Livre e Mídia Ninja que somam, apenas no Instagram, mais de 5 milhões de seguidores. Já em parceria com a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) e com a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade (AMPARAR), uma das HQs (Para que[m] é a prisão?) virou zine e circulou em presídios e entre familiares de pessoas privadas de liberdade em Belo Horizonte (MG).



REPERCUSSÃO

- A Rede Justiça Criminal foi mencionada em alguns dos principais veículos de imprensa do país, como Folha de São Paulo, Uol Notícias, Revista Época, TV Cultura, Nexo e outros.
- Mais de 200 mil pessoas foram alcançadas diretamente por nossas publicações em mídias sociais.
- Nossa nova newsletter possui uma média de abertura de 39%.
- O site da Rede Justiça Criminal recebeu 13.018 acessos

MUDANÇA — DA REDE — É PRÓXIMOS — PASSOS —

RJC agora fica no Recife!

A PARTIR DE AGOSTO DE 2021, a Rede Justiça Criminal passou a se concentrar na mudança definitiva de sua sede executiva para o Gabinete de Assessoria às Organizações Populares – Gajop. A mudança também se insere na leitura político-estratégica das organizações-membro quanto à necessidade de diversificar as vozes e organizações representadas no campo da justiça criminal além do eixo Rio-São Paulo.

Entre agosto e setembro, a mudança foi de caráter mais administrativo e burocrático, repassando os vínculos empregatícios da equipe executiva do IDDD para o Gajop, compra de novos equipamentos, montagem de sala e mudança dos prestadores de serviços para a nova sede da RJC.

Em paralelo, pudemos participar, também, de algumas atividades promovidas pelo Gajop e com o engajamento de alguns membros da Rede, já dentro da perspectiva de prospectar novos parceiros na região e dar vazão à novas pautas.



Equipe da secretaria-executiva participa de ato por justiça pelo assassinato de Jhonny Lucindo

Logo em sua primeira semana em Pernambuco, a Secretaria Executiva da RJC participou de um ato pedindo justiça pelo assassinato de Jhonny Lucindo, vítima

de violência policial e cujo caso ainda está em julgamento, no Fórum de Jaboatão de Guararapes. O ato contou com a presença de ativistas, militantes, jornalistas e familiares de Johnny. A equipe executiva também participou de uma formação interna de combate ao racismo, promovida pelo Projeto Bayo¹, cujo tema foi Violência e Genocídio da População Negra, conduzida por Beatriz Santos.

Em setembro de 2021, nosso assessor de advocacy, Leonardo Santana, veio ao Recife para ser apresentado à nova sede e fazermos uma imersão para discutir a presença da RJC no Nordeste e traçar possíveis estratégias a partir daí. A atividade também contou com a presença da equipe do IDEAS, organização-membro da Rede. Foram discutidas formas de fazer novas parcerias, uma possível expansão da RJC para o Norte, sustentabilidade financeira da rede e da equipe e aspectos estratégicos do próximo planejamento da Rede e o desenvolvimento de uma agenda mais delineada no campo da segurança pública.



Em outubro de 2021, estivemos presente na formação promovida pelo Gajop sobre **inspeção em estabelecimentos prisionais**, que aconteceu no Hotel Recife Praia. O evento contou com a participação de representantes de 33 representantes organizações militantes do campo da justiça criminal e da segurança pública, inclusive da região Norte dentre os quais, 10 representantes de organizações da Agenda Nacional pelo Desencarceramento, novos membros eleitos para o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, além de parceiros de organizações e movimentos locais que possuem atuação voltada para o sistema prisional e socioeducativo de Pernambuco. A formação foi ministrada por Bruno Renato (assessor de advocacy do Ibccrim e ex-perito do Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura - MNPCT) e Gustavo Magnata (advogado criminalista e perito do MNPCT) sobre combate à tortura em estabelecimentos de privação de liberdade.

¹ O Projeto BAYO – Laboratório de Estudos e Produção de Narrativas Antirracistas surgiu da ideia de reativar o uso da biblioteca do GAJOP, com a intenção de torná-la um espaço de leitura, formação, cuidado individual e coletivo. Através das suas ações pretende-se auxiliar a compreensão qualificada dos diversos condicionantes que estruturam e sustentam a prática do racismo em nossa sociedade, visando o fortalecimento da luta antirracista.



Em novembro de 2021, a RJC participou de uma oficina de formação para advogados populares sobre audiências de custódia em parceria com o Instituto Probono, com cerca de 20 participantes, por ocasião do aniversário de 40 anos do Gajop, e que também contou com a presença de nossa assessoria de advocacy para conseguir delinear um panorama sobre as ameaças legislativas no campo na segurança pública e atuação das polícias para os participantes. As atividades até aqui apresentadas, foram de fundamental importância tanto no que se refere à apresentação da Rede ao território da Região Nordeste, quando para a necessidade de progressivamente subsidiar à secretaria executiva sobre os desafios e temas da região, principalmente os que se referem à Segurança Pública.

NOVOS EIXOS DE ATUAÇÃO

A RJC TAMBÉM FEZ UMA IMPORTANTE ATUALIZAÇÃO de temas prioritários e agenda de trabalho em seu planejamento estratégico, concluído em abril de 2021. Tal atualização espelha movimentos de expansão que a Rede já vinha fazendo nos últimos anos, como com temas relacionados à segurança pública, e inovações trazidas tanto pela entrada de novos membros, quanto pela centralidade dada ao enfrentamento ao racismo. Ao todo, são cinco eixos de atuação:



O descritivo completo de todos os eixos e temas prioritário pode ser [visto aqui](#).

POLÍTICA DE DROGAS NO BRASIL:

MÁQUINA DE ENCARCERAR PESSOAS NEGRAS

HÁ ALGUNS ANOS, a RJC tem buscado trabalhar de maneira mais proativa na temática de drogas por entender que não incidir no tema significa ignorar a principal causa de encarceramento do país, em especial de jovens negros e pobres.

Com o objetivo de aprimorar a visão crítica e construção da estratégia coletiva, a RJC realizou um ciclo de formações internas, com os seguintes temas:

- Panorama da política de drogas no país: Legislativo, Judiciário e modelos de descriminalização
- Redução de danos
- Experiências internacionais
- Interseccionalidades de gênero e raça
- Reparação



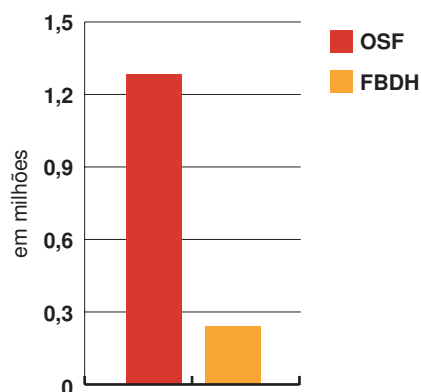
O ITTC e CESeC, duas das organizações-membro com maior expertise na temática de drogas, ficaram à frente do processo, auxiliando com materiais de apoio e palestrantes a serem convidados. Como parte de um esforço inicial de já incluirmos o tema de drogas em nossa agenda de trabalho, a RJC também decidiu incidir de maneira mais próxima sobre o [PL 399/15](#), que trata sobre a viabilidade da comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis em sua formulação, além da exploração do cânhamo.

TRANSPARÊNCIA — — E ORÇAMENTO

DESDE 2018, A REDE JUSTIÇA CRIMINAL vem divulgando publicamente os valores dos financiamentos recebidos no ano e em compromisso com a transparência e o compartilhamento de informações relevantes a respeito do funcionamento da coalizão.

Atualmente, a RJC conta com dois financiadores: a Open Society Foundations, responsável pelos recursos internacionais, e pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, que garantirá os recursos nacionais até o final de 2022.

Financiamento da Rede Justiça Criminal



VALORES TOTAIS DOS NOSSOS PROJETOS EM 2021

	R\$
Open Society Foundations (OSF)	1.283.560,79
Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH)	244.767,63

AGRADECIMENTOS

Apesar das dificuldades impostas pelo ano e a imprevisibilidade do contexto, a Rede Justiça Criminal pôde contar com diversos apoios e parcerias importantes ao longo do caminho, o que nos permitiu ampliar canais de diálogo e fortalecer articulações imprescindíveis para a realização de nosso trabalho.

APOIADORES

Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH)
Oak Foundation
Open Society Foundations (OSF)

COLABORADORES

Aline Santos
Amanda Prado
Ana Reis
Andreia MF (Mães do Cárcere)
Brisa Lima (IDPN)
Carolina Ito
Claudia Belfort
Caroline Bispo (Elas Existem)
Débora Aguiar (RENFA)
Debora Oliveira
Elena Lemme
Eliane Paixão
Eliene Maria Vieira (FRENTE-RJ)
Elisângela Maranhão (GCASC)
Emerson Gasperin
Fábio Pereira (Amparar)
Fransérgio Goulart (IDMJR)
Giselle Florentino (IDMJR)
Iaci Ramos (IDPN)
Italo Ramos (IDPN)
Joana Suarez
Juliana Sanches (IDPN)
Letícia Cunha
Lucas Enock (GTP+)
Maria das Graças de Oliveira (Pastoral Carcerária/Serrinha)
Miriam Duarte (Amparar)

Patricia de Oliveira (FRENTE-RJ)
Pedro Miranda
Railda Silva (Amparar)
Renato Stockler
Schirlei Alves
Simone Miranda (Pastoral Carcerária/Serrinha)
Tempestade
Valéria Gomes de Oliveira (FRENTE-RJ)
Wladimir Reis (GTP+)

PARCEIROS

Agenda Nacional pelo Desencarceramento
Articulação Justiça Além do Cárcere
Associação para Prevenção à Tortura (APT)
Campanha #TorturaNãoSeVePelaTv
Coalizão Negra por Direitos
Fábrica de Ideias Brasileiras (FIB)
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e Direitos Humanos
Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste
Infovírus
Iniciativa Por Uma Nova Política de Drogas (INNPDP)
Instituto Alana
Instituto Amma Psiqué
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBBCCRIM)
Instituto de Estudos da Religião (Iser)
Pacto pela Democracia
Rede de Advocacy Colaborativo (RAC)

EXPEDIENTE

EQUIPE EXECUTIVA

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Janine Salles de Carvalho

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Giovanna Preti

ASSESSORIA DE ADVOCACY

Leonardo Santana

EDIÇÃO

Janine Salles de Carvalho

Giovanna Preti

PROJETO GRÁFICO

E DIAGRAMAÇÃO

Lucas Jatobá

EQUIPE DO IDDD EM APOIO ÀS ATIVIDADES DA RJC

Marina Dias (Diretora Executiva)

Amanda Oi (Coordenadora Geral)

Vivian Calderoni (Coordenadora de Projetos)

Thiago Ansel (Coordenador de Comunicação)

Fernanda Neves (Coordenadora de Administrativo-Financeiro)

Clarissa Borges (Assessora de Advocacy)

Roberta Lima (Assistente Administrativo)

Jislene Ribeiro de Jesus (Assistente de Administrativo Financeiro)

Ana Lia Galvão (Assistente de Projetos)

EQUIPE DO GAJOP EM APOIO ÀS ATIVIDADES DA RJC

Edna Jatobá (Coordenadora Executiva)

Deila Martins (Coordenadora Executiva)

Henrique Vieira (Administrativo-financeiro)

Maria Clara (Administrativo-financeiro)

Hilton Ramos (Administrativo-financeiro)

Ana Navarrete (Assessora de Comunicação)

Rochelle Borges (Coordenadora do Projeto Comunicação,

Justiça e Direitos Humanos)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
ANUAL 2021

